

O PAPEL DOS SERVIÇOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Anita Kon¹

Texto para discussão a ser enviado para a coletânea *Desenvolvimento econômico no Brasil: desafios e perspectivas* (co-autoria com Elizabeth Borelli. Editora Appris, Curitiba, 2016. ISBN 978-85473-0201-6.

TD EITT 23/11/2015

Resumo

As ideias apresentadas neste artigo pretendem mostrar a forma pela qual foram transformados alguns mitos conceituais que prevaleceram por longo tempo, acerca da função dos serviços nos processos produtivos e na dinâmica global das economias, enquanto participantes nos processos de reestruturação econômica e social. Constatou-se que o papel dos serviços no desenvolvimento das economias tem características diferenciadas em países mais avançados ou em desenvolvimento, porém é fundamental em qualquer nível de desenvolvimento, ao tornar-se a maior fonte de geração de empregos na atualidade. Por outro lado, o papel dos serviços é mais do que este, é um pré-requisito para o desenvolvimento e não apenas um resultado ou um produto final. O estudo mostra que a provisão adequada dos serviços torna-se um elemento crucial da dinâmica do processo de desenvolvimento das economias.

1. Introdução

As ideias apresentadas neste artigo pretendem mostrar a forma pela qual foram transformados alguns mitos conceituais que prevaleceram por longo tempo, acerca da função dos serviços nos processos produtivos e na dinâmica global das economias, enquanto participantes nos processos de reestruturação econômica e social.

A aceleração no desenvolvimento e na diversificação das indústrias de serviços na segunda metade do século XX é colocada contra a visão anterior de que os serviços eram obscurecidos pelo impacto visível das manufaturas sobre as cidades e regiões. Assim, os serviços eram considerados como desempenhando um papel subordinado, que se torna visível apenas enquanto o setor manufatureiro o fosse. Se este setor decrescesse e a base de exportação recuasse, as atividades de serviços sofreriam efeitos multiplicadores reversos. O desenvolvimento desigual entre algumas regiões era considerado como sendo uma consequência da reorganização de certas firmas industriais em face da demanda declinante para sua produção e da pressão competitiva, que encorajam a obtenção de melhorias na produtividade do trabalho. A automação e a mudança tecnológica tornavam o processo produtivo mais capital-intensivo reduzindo a demanda por trabalhadores na área da produção, enquanto que com o declínio geral do emprego no setor secundário, uma parcela crescente de trabalhadores gerenciais, técnicos e de apoio reflete a crescente terciarização da produção e a crescente mudança na divisão de trabalho em grandes empresas.

¹ Professora Titular e Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC/SP.

Durante algumas décadas, a análise do setor de serviços como complementar teve alguma validade histórica em cidades de países avançados, mas é apenas uma simplificação quando comparada ao papel que as atividades de serviços estão desempenhando na atualidade nestes países e principalmente nos menos desenvolvidos. Podemos encontrar atualmente alguns países cujas economias são orientadas para o desenvolvimento dos serviços e não podemos supor que nestes países o setor terciário seja sinônimo de subordinação e fraqueza. Na atualidade existe o consenso de que é uma interpretação errônea considerar-se que os serviços crescem apenas às expensas das atividades manufatureiras e que o desenvolvimento das atividades de serviços seja visualizado como um novo estágio do crescimento econômico. No primeiro caso, o desenvolvimento da circulação, distribuição e regulação das atividades reflete a necessidade das firmas de dedicarem montantes crescentes de recursos aos serviços, a fim de aumentar sua produtividade e sua capacidade de inovação. No segundo caso, o desenvolvimento das atividades de serviços reflete apenas uma evolução constante dos sistemas produtivos e a terciarização não é um fenômeno separado ainda que esteja relacionada à desindustrialização.

Constatou-se que o papel dos serviços no desenvolvimento das economias tem características diferenciadas em países mais avançados ou em desenvolvimento, porém é fundamental em qualquer nível de desenvolvimento, ao tornar-se a maior fonte de geração de empregos na atualidade. Por outro lado, o papel dos serviços é mais do que este, é um pré-requisito para o desenvolvimento e não apenas um resultado ou um produto final. Assim sua provisão adequada torna-se então um elemento crucial da dinâmica do processo de desenvolvimento das economias. Neste sentido os serviços governamentais desempenham um papel fundamental em países menos avançados, seja através do fornecimento de bens públicos, ou da complementação da provisão privada de serviços de mercado, a fim de fornecer uma infraestrutura, serviços educacionais e de saúde, que preparam a economia para o caminho da modernização econômica.

Em suma, a terciarização observada nos países vem aumentando de velocidade com atual o processo de reestruturação produtiva como ajustamento às necessidades dos requisitos da economia globalizada. Este aumento do setor Terciário tem se verificado grandemente em virtude da reestruturação tecnológica e organizacional de empresas industriais, como impacto do processo de globalização econômica. A indústria de Transformação vem repassando para o setor de serviços, desde os anos 1980, o seu papel de geradora líquida de empregos. Porém, diferentemente do processo de modernização verificado nos países mais avançados, o aumento das atividades de serviços em países em desenvolvimento vem se manifestando menos intensamente pelo aumento de serviços mais sofisticados voltados para o atendimento das novas tecnologias. No entanto, se manifesta intensamente pela criação de novos postos de trabalho autônomos ou de pequenas e médias empresas que utilizam de tecnologias menos avançadas e que requerem menor qualificação, ou seja, devido ao fluxo de trabalhadores que criam suas próprias oportunidades de trabalho e de pequenos capitais individuais em busca de aplicação produtiva.

Assim, a reestruturação organizacional, associada a novas tecnologias, à terceirização e às fusões, apresenta como resultado, por um lado, a destruição de um

número considerável de empregos. Porém, por outro lado, cria uma série de novas necessidades de consumo e de serviços complementares. Observa-se paralelamente à transformação considerável na estruturação ocupacional, que algumas ocupações tornam-se obsoletas e substituíveis, principalmente as ligadas a processos de controle administrativo, enquanto que novas ocupações são criadas, como as voltadas à qualificação da mão de obra, à preservação ambientalista, ou à qualidade de vida. Com relação a estes aspectos, novos produtos e serviços vêm sendo criados incorporados a instituições de serviços voltados para objetivos sociais, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que resultam em formas de cooperação voluntária e serviços sem fins lucrativos, porém que geram um volume não desprezível de empregos e de remunerações.

O movimento líquido da destruição e de geração de novas oportunidades de trabalho em muitas economias, ainda não foi bem avaliado, tendo em vista a necessidade de pesquisa estatística específica para este objetivo.

A ideia que apenas bens materiais contribuem para o desenvolvimento econômico continua incorporada em uma série de autores que observam as atividades de serviços, enquanto bens imateriais, apenas como complementares às demais, e tendem a avaliá-las como resíduos em relação ao produto gerado de uma economia na determinação do desenvolvimento. Apenas recentemente, a contribuição das atividades e ocupações de serviços para a dinâmica do processo de desenvolvimento tem sido explorada nas análises econômicas, embora a literatura internacional já apresentasse discussões relevantes a respeito, desde os anos 1960.

2. As abordagens teóricas tradicionais

Existem três conjuntos de explicações clássicas para analisar o crescimento das atividades de serviços (Baily e Maillat, 1991). A primeira explicação se concentra na análise das razões das mudanças nas parcelas relativas e absolutas do emprego no setor terciário, descrevendo o fenômeno da terciarização como um processo que conduz à sociedade de serviços. Esta explicação é baseada na teoria dos estágios de evolução, de acordo com a qual a demanda por serviços ultrapassa o crescimento da renda familiar disponível. Salienta também que existem diferenças consideráveis entre as produtividades dos serviços e das manufaturas, e que o setor terciário é um escoadouro para o excedente de mão de obra do setor de produção de bens.

A segunda forma de analisar o fenômeno salienta que a terciarização é um resultado do declínio relativo e absoluto do emprego no setor secundário (desindustrialização) subsequente ao desenvolvimento de novas tecnologias mais produtivas. Este declínio é também observado como o efeito do consumo decrescente de bens industriais. Assim, a desindustrialização é uma consequência do fato de que com as recentes inovações tecnológicas, o emprego decresce, a produtividade aumenta e os investimentos visam mais a maquinaria do que a criação de empregos manuais. Neste caso, o setor terciário reabsorve a mão de obra dispensada e a realocação de capital para o setor serviço é efetuada com maiores retornos e rentabilidade (Kon, 1992 e 1995). O terceiro conjunto de explicações aponta que a queda do emprego no setor secundário é devida ao crescimento

do emprego no setor público, o que é uma consequência do aumento da demanda por serviços coletivos.

Os economistas, seguindo a ideia dos geógrafos, reconhecem que os serviços são um fenômeno urbano. Alguns estudos se referem a um forte relacionamento entre a proliferação dos serviços e a ampla urbanização (McKee, 1988; Bryson and Daniels, 2007; Gallouj and Djellal, 2010). Porém, as atividades terciárias têm sido geralmente consideradas como desempenhando um papel subordinado na expansão urbana e o setor secundário tem sido reconhecido como o principal motivador do crescimento urbano, desde o início desde século. Por outro lado, a maior parte dos serviços apresenta aparentemente baixos níveis de crescimento da produtividade, o que reforça o ponto de vista de que os serviços são menos produtivos do que as manufaturas.

A aceleração no desenvolvimento e na diversificação das indústrias de serviços na segunda metade do século XX é colocada contra a visão anterior de que os serviços eram obscurecidos pelo impacto visível das manufaturas sobre as cidades e regiões. Assim, os serviços foram considerados como desempenhando um papel subordinado, que se torna visível apenas enquanto o setor manufatureiro o for. Se este setor decresce, e a base de exportação recua, as atividades de serviços sofreriam efeitos multiplicadores reversos. O desenvolvimento desigual entre algumas regiões é considerado como sendo uma consequência da reorganização de certas firmas industriais em face da demanda declinante para sua produção e da pressão competitiva, que encorajam a obtenção de melhorias na produtividade do trabalho. A automação e a mudança tecnológica tornam o processo produtivo mais capital-intensivo e reduzem a demanda para trabalhadores na área da produção, enquanto que com o declínio geral do emprego no setor secundário, uma parcela crescente de trabalhadores gerenciais, técnicos e de apoio reflete a crescente terciarização da produção e a crescente mudança na divisão de trabalho em grandes empresas (KON, 1995).

A literatura econômica tradicional que analisa o papel dos serviços no processo de desenvolvimento de um país desenvolve ainda três outras abordagens teóricas básicas sobre o tema, a partir de premissas diferenciadas das anteriores, explicando sua atuação a partir do efeito-renda, da defasagem de produtividade e dos serviços intermediários (Kon, 2003). A primeira abordagem, da teoria do efeito-renda defende a hipótese clássica de que os serviços são bens superiores, no sentido de que a demanda tem elasticidade-renda positiva e superior à elasticidade-renda da demanda por bens primários ou secundários. Nesse contexto, o crescimento da renda real resultaria numa proporção crescente do peso dos serviços no consumo final, ou seja, como salientava Colin Clark (1940), estas atividades terciárias, por terem forte elasticidade da demanda por seus produtos, são suscetíveis de se desenvolverem mais rapidamente que as outras, por razões técnicas ou a partir de uma mudança das preferências.

Estas suposições se baseiam numa transposição para os serviços da lei de Engel que aceita uma oposição entre bens primários e secundários, desde que esta divisão de categorias revela uma separação em termos de funções-serviços atendidas. Os bens primários respondem pela função alimentação no consumo final, enquanto que os secundários se relacionam a muitas outras funções-serviço como vestuário, moradia, entre outras. A transposição para os serviços consiste em que, no caso da oposição entre bens

e serviços, algumas das funções-serviços podem ser atendidas tanto por bens quanto por serviços, como é o caso das funções de transportes, tarefas domésticas e lazer. Além disso, observam-se situações de complementaridade, como em exemplos de difusão de bens duráveis de consumo na rede de comercialização e de assistência técnica, o que equivale a uma crítica sobre a tendência à substituição de bens por serviços face à existência de uma correlação entre renda real e consumo conspícuo. A crítica à consideração dos serviços como bens superiores se iniciou com os trabalhos empíricos de Victor Fuchs (1968) que verificou para os Estados Unidos, entre 1929 e 1963, que a elasticidade-renda dos serviços era pouco superior à elasticidade-renda dos demais produtos.

A partir desta ótica, o resultado final da atuação dos serviços sobre a geração de empregos ou sobre o desenvolvimento econômico, seria efeito de três fatores específicos como o processo de industrialização (que reduz os serviços antigos), os serviços complementares (que se expandem com o crescimento industrial acelerado e posteriormente crescem a taxas decrescentes) e a renda *per capita* (que aumenta a demanda por serviços novos).

Uma segunda abordagem se refere às teorias da defasagem de produtividade se inserem no contexto da análise da oferta. São encontradas na literatura, desde os anos cinquenta, envolvendo a ideia de que o crescimento da produtividade dos serviços seria inferior ao da produção manufatureira ou à da média das economias (Kuznets, 1983), ou de que o crescimento do emprego no setor de serviços é explicado pela baixa produtividade. Fuchs (1968) deixava claro que o crescimento relativamente mais rápido do emprego no setor de serviços se dá devido à defasagem de produtividade.

Um artigo clássico de Baumol de 1967 discute a defasagem de produtividade dos serviços, enfatizando que algumas características inerentes aos serviços levam à diferenças na produtividade e tendem a se perpetuar. O autor afirma que existem forças inerentes à estrutura tecnológica de uma série de serviços — como do governo, educação, artes de performance, restaurantes e atividades de lazer — e estas forças atuam inevitavelmente no sentido de aumentos progressivos e acumulativos de custos reais incorridos no seu fornecimento. Como consequência os esforços para compensar estes aumentos de custo, podem ser temporariamente bem-sucedidos, porém no longo prazo são apenas paliativos que não podem ter qualquer efeito significativo sobre as tendências subjacentes.

Este fenômeno é visto como decorrente do processo socio-técnico, o *cost disease* (doença de custos), ou seja, tendo em vista o crescimento da produtividade do trabalho no setor manufatureiro, os salários tendem a crescer neste setor, como recompensa pelo valor agregado excedente gerado; por outro lado existe um processo de barganha coletiva por igualação de salários da economia, que atinge o setor de serviços pelo argumento da equidade. No entanto, a produtividade deste último setor não se eleva com a mesma velocidade e dessa forma, montante do valor gerado pelo setor manufatureiro e o financiamento da elevação dos salários é repassado aos preços dos serviços. Portanto este processo leva ao encarecimento proporcional dos serviços e à diminuição da demanda por produtos do setor, que são substituídos pelo "autosserviço", quando existir esta possibilidade.

Para Gershuny e Miles (1983), a defasagem de produtividade é um fato ao qual podem ser relacionadas três formas de explicação: a) baixa intensidade de capital ou baixos níveis de qualificação da força de trabalho (que é relativamente barata), características das condições imediatas de produção; b) a existência de baixa concentração econômica do setor e a proporção acima da média de firmas pequenas e de trabalhadores por conta própria, o que consiste em formas mais flexíveis de organização da produção; c) a natureza particular do produto do serviço e dos seus componentes, em termos de relações humanas, ou suas características em termos de processamento da informação.

A terceira abordagem, que enfoca o papel dos serviços intermediários como relevantes ao processo de desenvolvimento – no que se refere à geração de produto e de emprego – apresenta interpretações diferenciadas. Para determinados autores, o crescimento dos indicadores destes serviços intermediários representa apenas a transferência de atividades antes realizadas dentro da própria firma para firmas especializadas (terceirização e terciarização), e dessa forma o efeito líquido sobre o produto e emprego totais, bem como sobre a estrutura da demanda, não é significativo. Pode significar apenas a mudança relativa da participação do setor de serviços no global da produção. Para outros autores, a substituição de trabalho por capital, as estratégias de diferenciação do produto e de segmentação de mercado — visando à concorrência, o desenvolvimento dos mercados financeiros e a regulação estatal —, aumentam a importância das funções-serviços de planejamento, pesquisa e desenvolvimento, de marketing, controle administrativo, assessoria jurídica e outras (Noyelle e Stanback, 1984 e 1988). Sob condições modernas de produção, haveria neste caso um deslocamento das economias de escala e da administração da unidade ou estabelecimento onde estavam concentradas, para o âmbito da firma como um todo. Estes autores chamam a atenção para a distinção entre o efeito associado ao tamanho da firma, do efeito sobre seu crescimento: o tamanho da firma exige funções ligadas à administração, controle, comunicações, seleção, avaliação e treinamento de empregados, negociação de contratos e marketing. Por outro lado, o crescimento da firma está ligado a funções de desenvolvimento do produto, pesquisa, planejamento estratégico e desenvolvimento de novas fontes de fundos, externas ou internas.

As teorias posteriores baseadas nas ideias de Schumpeter passaram a observar as atividades de serviços de um ponto de vista mais dinâmico, menos dependentes dos estímulos das atividades manufatureiras, bem como representando um papel relevante nas mudanças estruturais que levam ao desenvolvimento econômico, como analisado em sequência.

3. A contribuição dos serviços nas teorias do Pós-industrialismo

É discutido na literatura econômica (Kon, 1992; Bryson and Daniels, 2007; Gallouj and Djellal, 2010) o papel das atividades secundárias enquanto indutoras do desenvolvimento, para as quais se dirigiriam inicialmente o capital e a mão de obra oriundos do meio rural; a dinâmica de transformações na estrutura produtiva assim iniciada se difundiria posteriormente para o setor Terciário da economia. Este fenômeno foi amplamente comprovado nos países mais avançados, mas alguns teóricos defendem a

ideia de que em economias em desenvolvimento o imigrante rural dirige-se primeiramente ao setor terciário, para atividades que não exigem alta capacitação, no sentido de adquirir o preparo adequado para assumir atividades que requisitam maior habilitação, deslocando-se posteriormente para o setor Secundário. Por outro lado, é amplamente reconhecido que existe um limite para a velocidade de ampliação dos investimentos nas atividades secundárias e para a conseqüente absorção de mão de obra neste setor, particularmente nestes países menos avançados, em virtude do próprio tamanho do mercado interno e externo para o consumo de produtos manufaturados, bem como da rigidez dos coeficientes técnicos das funções de produção, além da capacidade de poupança interna necessária para esta evolução.

Assim, se as atividades terciárias se desenvolvem atendendo a funções intermediárias complementares dos demais setores, em situações diversas se ampliam em decorrência de ali se alocarem o capital e a mão de obra excedentes, que não encontram oportunidades nos outros setores; neste caso, tais atividades partem à procura de seu próprio mercado. Para isso concorre a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em uma gama que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, cujo único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação.

Dessa forma, na atualidade, a ênfase dada ao estudo do desenvolvimento das economias se dirige amplamente para a análise da "Economia de Serviços", ou para a "Indústria de Serviços", examinada paralelamente às transformações ocorrentes na denominada "Economia Industrial", ou seja, no contexto "Pós-Industrial" ou "Superindustrial", tendo em vista que em grande parte das economias em fase de desenvolvimento e nas economias avançadas, uma parcela considerável dos custos de produção refere-se a insumos de serviços, e acima de 60% do produto gerado e dos empregos envolvidos são relacionados ao setor serviços. Assim, o termo "Economia de Serviços" abre o caminho para a percepção sobre o relevante papel destas atividades na geração de renda e riqueza das economias na modernidade. Este novo papel, trouxe consigo a necessidade de reformulação de antigos conceitos e um melhor entendimento sobre a complexidade do setor e a natureza dos relacionamentos com os demais setores econômicos e dos agentes que contribuem para a produção e o consumo dos serviços, relacionamentos estes que assumem uma diferente conotação quando comparados aos da economia visualizada como fortemente calcada no desenvolvimento industrial (KON, 2015).

A realocação setorial dos fatores de produção em direção às atividades terciárias, nas fases iniciais e secundárias do processo de desenvolvimento, se faz por meio da concentração em um espaço econômico delimitado, no sentido de propiciar economias externas tanto a outras empresas quanto à coletividade. Esta concentração favorece a modernização econômica, ao diluir os gastos e os riscos quando as atividades reúnem um fundo comum, bem como ao disseminar o crescimento para o restante da economia através de canais específicos. Nesse sentido, o termo de economia pós-industrial é amplamente utilizado para denotar uma economia de serviços que decorre do desenvolvimento de uma economia manufatureira.

A capacidade de geração de produto e de emprego revelada crescentemente por estas atividades em economias avançadas ou em fase de desenvolvimento atinge níveis consideráveis, colocando em questão o papel representado por estes serviços no contexto da moderna economia, que tende a se caracterizar mais como uma Economia de Serviços, correspondendo à fase pós-industrial de evolução socioeconômica. O caminho para a evolução das atividades de serviços de em direção à pós-industrialização está relacionado, por um lado, a fatores intrínsecos ao desenvolvimento destas atividades, particularmente no que se refere à demanda por serviços da economia, e que teriam como resposta o reinvestimento, no próprio setor, do excedente operacional gerado.

Por outro lado também ao comportamento de fatores exógenos, como: (i) volume e velocidade de liberação da mão de obra das atividades rurais da região e de outras regiões, que se dirigem às áreas urbanas; (ii) nível de habilitação da mão de obra rural que se dirige à zona urbana; (iii) a evolução quantitativa e qualitativa das atividades do setor Secundário, que requerem a ampliação e a modernização de serviços complementares; (iv) capacidade do setor Secundário do país de absorver esta mão de obra rural liberada; (v) geração de um excedente operacional de outros setores econômicos que deve ser realocado para as atividades de serviços; (vi) existência de uma infraestrutura econômica concentrada em uma região, que oferece economias externas para a localização de novas atividades econômicas (Kon, 2001 e 2015). Estes fatores exógenos encontram respaldo na capacidade do setor Terciário de uma economia de absorver a mão de obra oriunda de outros setores, tanto a não qualificada quanto a de maior qualificação, e na possibilidade do setor expandir as atividades informais em períodos de menor atividade econômica ou de recessão.

Considerando-se o papel do setor de serviços no decorrer do desenvolvimento econômico de uma sociedade, nas fases iniciais do processo, fica clara a ideia da associação da urbanização acelerada ao crescimento das atividades de serviços — que denota o início das mudanças na estrutura produtiva — características da transição de um sistema econômico de baixa produtividade per capita, para outro de produtividade mais elevada. O deslocamento da população rural para os centros mais avançados é ao mesmo tempo causa e efeito da realocação do excedente de capital acumulado nas atividades agropecuárias para outras atividades mais rentáveis, outro fator característico do desenvolvimento.

Estas transformações foram interpretadas como uma modificação da sociedade fordista baseada na produção e consumo de massa em grande escala, apoiada pela demanda dos gastos governamentais para o gerenciamento de suas funções e para a Previdência e Saúde (principalmente nas nações mais avançadas em que prevalecia o *welfare state*). Como visto, as formas pós-fordistas de produção emergiram desde os anos setenta, quando a indústria passou a utilizar nova tecnologia e uma força de trabalho mais flexível para responder mais rapidamente às mudanças do mercado e à competição internacional, encorajadas por novas formas de governo que se retirava de funções empresariais e restringia suas funções produtivas (MARSHALL E WOOD, 1995).

As ideias teóricas iniciais a respeito de uma sociedade pós-industrial, como resultado do desenvolvimento econômico, surgiram concomitantemente com as primeiras tentativas de mudanças do paradigma de processo produtivo do taylorismo para processos

mais flexíveis. Estes acarretaram uma intensificação do progresso tecnológico e de mudanças organizacionais, como apresentado anteriormente, com reflexos consideráveis sobre a divisão, organização e qualificação do trabalho, do produto e do consumo. Neste processo o papel assumido pelos serviços ganharia peso considerável na alavancagem do desenvolvimento.

Convém observar, como salientam Castells e Aoyama (1994), que as primeiras ideias sobre a sociedade pós-industrial foram concebidas quando ainda não havia sido inventado o microprocessador (1971), o computador pessoal (1974) e o método de recombinação do DNA (1973). Dessa forma os efeitos mais intensos do progresso tecnológico ainda estavam por vir. As principais premissas da teoria do pós-industrialismo, na época, estipulavam que: (i) a geração de conhecimentos é a fonte da produtividade e do crescimento e se estende por todos os domínios da atividade econômica, através do processo de informação; (ii) a ênfase da atividade econômica mudaria da produção de bens para fornecimento de serviços. A eliminação do emprego agrícola seria seguida pelo declínio irreversível dos trabalhos manufatureiros, em benefício das ocupações em serviços, que constituiriam a maior proporção do emprego. À medida do avanço econômico dos países, o emprego e a produção seriam cada vez mais focados nos serviços, sendo os demais setores complementares; e (iii) a nova economia aumentaria a relevância das ocupações com alto conteúdo de informação e conhecimento. As ocupações administrativas, de profissionais liberais e técnicas cresceriam mais rapidamente do que outras categorias ocupacionais e constituiriam o núcleo da nova estrutura social.

Gershuny (1990) critica a visão simplificada de que a economia de serviços se baseia no modelo simples em que as novas “necessidades pós-industriais” abstratas e sofisticadas requerem um aumento da provisão de serviços e conduzem ao crescimento do emprego terciário e cada vez mais à era pós-industrial. Gershuny salienta que desde a década de 1950, existem evidências de que estas necessidades, anteriormente satisfeitas por serviços, vêm sendo substituídas por bens. Em segundo lugar, o crescimento do emprego nos serviços não necessariamente significa que o consumo de bens industriais tenha decrescido relativamente e por outro lado, é possível dizer que o nível de consumo de serviços não explica adequadamente o nível de empregos terciários. Melhor explicando, segundo o autor, o crescimento dos serviços pode ser considerado simplesmente como uma manifestação de alterações na divisão do trabalho à medida do progresso tecnológico e da criação de indústrias de serviços (de distribuição, bancários e financeiros) e das ocupações de serviços (administradores, tecnólogos e outros profissionais), cujas atividades melhoram a eficiência do sistema produtivo. Já nos anos 1970, salientava Gershuny, novas relações de trabalho tenderiam a se estabelecer na sociedade pós-industrial: (i) a produção final ocorreria cada vez mais em casa, enquanto o trabalho fora de casa seria dedicado à produção intermediária de bens; e (ii) o emprego fora de casa seria crescentemente relacionado ao planejamento e programação da produção.

O setor de serviços foi definido como setor “pós-industrial” por Daniel Bell (1973) e a sociedade pós-industrial foi um termo utilizado para se referir à sociedade em que o setor de serviços é dominante. Isto pretendia significar que as indústrias de serviços não

havia se desenvolvido antes que a industrialização ou o desenvolvimento manufatureiro ocorresse. Bell baseou seus argumentos referindo-se ao desenvolvimento econômico e a mudanças no emprego setorial, mais do que ao Produto Interno Bruto setorial, para analisar o processo de desenvolvimento das economias da Europa Ocidental, neste século, que partiram de sociedades agrárias até sociedades baseadas na manufatura, quando os serviços se tornaram importantes apenas posteriormente.

Riddle (1986) salienta que esta terminologia não é adequada, pois em certos países (Canadá e Estados Unidos) o trabalho se moveu concomitantemente para a manufatura e para os serviços, e em outros (Japão, Cingapura e África Ocidental, por exemplo) o trabalho se dirigiu para os serviços antes de para a manufatura. Além disto, a terminologia de Bell implica em que os serviços não são indústrias e que a vitalidade e o crescimento do setor são dependentes, em um sentido causal, do dinamismo do setor manufatureiro. Isto não se mostra verdadeiro para todos os países e muitos exemplos são encontrados em que as indústrias de serviços desempenharam um papel muito importante em certas sociedades, antes do desenvolvimento industrial (Inglaterra, Holanda e Portugal, por exemplo). Mais do que isto, o desenvolvimento manufatureiro maciço apenas foi possível devido às transformações que ocorreram em certas indústrias de serviços, como no mercado de capitais, transportes e comunicações. Como enfatizado por Riddle, foram de primeira importância as mudanças criadas pela utilização de produtos da manufatura, mais do que pelo próprio processo manufatureiro em si.

Na literatura mundial, a noção de pós-industrialismo desenvolvida no período, trazia a mensagem sociológica e política de que o capitalismo havia sido substituído pela sociedade pós-industrial (McKee, 1988; Bryson and Daniels, 2007; Gallouj and Djellal, 2010). Esta proposição não distingue entre as implicações sobre as forças de produção (industrialização) e as relações de produção (capitalismo) e nem entre as relações de classe e a divisão de trabalho. Críticos desta visão salientavam que a nova sociedade continuava baseada no capitalismo, embora a participação da produção imaterial ganhasse peso relativo. Walker (1985) mostra que as mudanças na divisão do trabalho na sociedade pós-industrial podem ser compreendidas a partir da teoria do desenvolvimento capitalista. Assim, os produtos, as atividades e os tipos de trabalho podem se transformar no tempo, mas a proposta da teoria do capitalismo permanece válida, pois estas mudanças se destinam à maior geração e acumulação do valor excedente produzido, ou na linguagem marxista “mais-valia”.

4. Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico?

Na atualidade ampliou-se percepção sobre o relevante papel das atividades de serviços na geração de renda e riqueza das economias na modernidade. A reformulação de antigos conceitos e do papel das atividades sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico apontam para a forte integração e múltipla responsabilidade dos vários setores da economia, para a indução ao processo de crescimento. Este novo conceito em elaboração desenvolvido pela autora deste texto, como premissas de uma Teoria da Integração Indutora, mostra como estes relacionamentos e mútuas articulações setoriais conjuntas assumem uma maior dimensão positiva e multiplicadora do estímulo para alavancar o processo de desenvolvimento, quando comparados à visão anterior que

considerava apenas o estímulo da indústria manufatureira como preponderante para este processo.

O processo de concentração e centralização de capital, intensificado desde a década de 1960, como visto exigiu uma reestruturação na administração e no controle das empresas, implicando a necessidade da criação de uma rede de empresas de serviços auxiliares que fundamentassem novas formas de organização. Em segundo lugar, a internacionalização do capital por meio da multinacionalização das empresas aumentou a demanda por serviços externos às mesmas (atividades financeiras, de contabilidade, de informações de assessoria jurídica, etc.), de apoio a seu financiamento, tanto nos países de origem quanto nos países hospedeiros. Ainda mais, com o desenvolvimento de alta tecnologia, seguido da criação de empresas multidivisionais e a crescente complexidade dos sistemas organizacionais nas grandes empresas, estas têm recorrido à terceirização dos serviços, como vimos, o que leva ao crescimento da terciarização da economia.

O crescimento do setor de serviços em direção à indução do desenvolvimento econômico revela uma situação de mudança estrutural análoga à que ocorreu na fase de reorganização da economia rural para industrial. No entanto, alguns autores chamam a atenção para o fato de que em algumas sociedades, as mudanças consideráveis em direção à terciarização, ocorrem com mais ênfase no emprego e não do produto. A aceleração no desenvolvimento e na diversificação das indústrias de serviços na segunda metade deste século é colocada contra a visão anterior de que os serviços eram obscurecidos pelo impacto visível das manufaturas sobre as cidades e regiões. Assim, os serviços foram considerados como desempenhando um papel subordinado, que se torna visível apenas enquanto o setor manufatureiro o for. Se este setor decresce, e a base de exportação recua, as atividades de serviços sofreriam efeitos multiplicadores reversos.

Por sua vez, a teoria dos estágios de desenvolvimento econômico, que salienta o papel indutor exercido pelo setor Terciário, faz parte de um grupo de teorias que são classificadas como fundamentadas nos fatores de produção. Salienta que o progresso tecnológico teve impactos crescentes no processo de desenvolvimento que envolve uma mudança de ênfase da formação de capital fixo nas plantas das manufaturas e na infraestrutura, para formação de capital fixo em empresas de serviços. Outra teoria baseada nos fatores de produção é o princípio das vantagens comparativas, que explica os padrões de comércio exterior de bens e mostra como as diferenças entre os países, no que se refere a capital fixo e infraestrutura, bem como nos recursos humanos através da qualificação e educação, são responsáveis pelas variações nos padrões do comércio exterior de serviços (DANIELS, 1993; DANIELS & BRYSON, 2007; GALLOUJ AND DJELLAL, 2010).

O papel relevante dos serviços como indutor do desenvolvimento econômico paralelamente ao setor da indústria manufatureira, é observado através das repercussões sistêmicas micro e macroeconômicas contundentes em toda a economia de um país e mundial, como resultado da inovação tecnológica nos processos produtivos e organizacionais em todos os setores, através de novos serviços criados ou da modernização de processos anteriores de provisão de serviços. O avanço tecnológico sistêmico é uma nova forma de parceria crescentemente difundida mundialmente, derrubando barreiras entre indústrias e reforçando a interdependência entre setores.

As novas tecnologias colocadas à disposição pelas economias mais avançadas são introduzidas rapidamente em serviços como financeiros, de comunicação, transportes e saúde, transformando atividades antes tradicionais em indústrias de serviços intensivas em capital. O conteúdo de serviços na indústria manufatureira e a dependência desta indústria em relação às atividades terciárias são crescentes. Formam-se cadeias de valor internacionais, possibilitadas pelo avanço nas tecnologias de serviços (KON, 2003; BRYSON AND DANIELS, 2007).

Como salienta Hauknes (1996), as tecnologias inovadoras, particularmente na área da informação, aplicadas aos serviços, mudam a estrutura da competição interna e global, tanto nas indústrias de bens quanto de serviços e a parcela de serviços nas indústrias manufatureiras é crescente. Através disto, surgem novas economias de escala nas maiores instituições, frequentemente com a estrutura doméstica ou internacionalmente descentralizada. Por outro lado, novas economias de escopo criadas por estas tecnologias apresentam constantemente efeitos de segunda ordem não esperados em forma de benefícios, ou externalidades positivas. Finalmente, a crescente complexidade econômica e o aumento constante da população mundial, podem ser tratados de modo mais eficiente com novas tecnologias, que permitem a melhor organização e difusão do consumo, que permitam a operacionalização, anteriormente não possibilitada, de processos e relacionamentos entre agentes produtivos.

5. Desenvolvimento econômico, capital social e atividades de serviços

Uma discussão recente que envolve a busca de estímulos ao desenvolvimento econômico, refere-se à importância do capital social como base para o ambiente favorável a este processo. As análises mais recentes concluem que as condições descritas nos modelos de desenvolvimento neoclássicos (alocação eficiente dos recursos), keynesianos e kaleckianos (relevância da demanda efetiva)² ou schumpeterianos (dinamismo da oferta, da introdução da inovação tecnológica, ou da organização interna das firmas para o aumento da competitividade e geração de expansão comercial), não são suficientes para explicar a continuidade do processo e do ritmo de crescimento dos países.

A partir da observação das condições de desenvolvimento de países mais avançados observou-se uma série de condicionantes inerentes aos ambientes socioeconômicos na atualidade, que dizem respeito à disponibilidade do denominado capital social para a concretização dos objetivos de crescimento. O capital social vem sendo discutido recentemente por analistas e nas agências de fomento em suas agendas de debates, com o objetivo de fornecer subsídios às políticas públicas de desenvolvimento aos países menos avançados.

Embora o conceito de capital não seja novo e tenha se originado nas áreas das ciências sociais e da antropologia³, as relações sociais, os tipos de intercâmbios sociais, e comportamentos solidários vêm sendo incorporados nas análises de economistas, que

² Entre estes destacam-se os modelos de Harrod (incorporando as expectativas empresariais na função investimento), Dommar (relevância das taxas constantes de crescimento dos investimentos) e Kaldor (papel das taxas de lucros elevadas e da distribuição de renda que gerem maior propensão global a poupar, como estimulantes do crescimento).

³ Em estudos de Durkheim, Marx e dos antropólogos Raymond Firth, Marcel Mauss e George Foster (CEPAL, 2002).

observam nestes elementos, um papel preponderante para a consecução de estímulos econômicos ao desenvolvimento, valendo-se de um paradigma interdisciplinar. As definições e nuances do conceito e da aplicação do capital social passam por um amplo contexto de interpretações. Bourdieu (1985) define este capital como um conjunto de recursos reais ou potenciais à disposição dos integrantes de uma rede durável de inter-relações mais ou menos institucionalizadas. Coleman (1990) o interpreta como sendo parte dos recursos sócio-estruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações comuns dos que constituem esta estrutura. Por outro lado, Putnam (1993 e 2002) salienta os aspectos das organizações sociais, entre as quais as normas coletivas, as redes e o espírito de confiança que contribuem para facilitar a cooperação no sentido de proporcionar ações de benefício mútuo. Para este autor, o capital social incrementa os resultados do investimento em capital físico e humano.

As principais instituições internacionais de fomento têm considerado em suas decisões de auxílio, os reflexos de investimentos no capital social dos países em desenvolvimento. Dessa forma, estudos para o Banco Mundial de Woolcock e Dasgupta (1998) ressaltam a importância de estimular o investimento a nível micro e macro, na capacidade organizativa através de instituições, relações, atitudes e valores que determinam a interação interpessoal e facilitam o desenvolvimento econômico e a democracia. Em suas análises, o Banco distingue entre capital natural do país (recursos naturais), capital construído gerado pelo ser humano (infraestrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial, etc.), capital humano (graus de nutrição, saúde, educação da população) e capital social (instituições, relações e normas das inter-relações sociais da sociedade).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (Klugsberg, 2000; Ordeñana and Arteaga, 2012), mostra a relevância do capital social, conceituando-o como incluindo normas e redes que facilitam a ação coletiva e contribuem para o benefício comum. Propõem o estímulo a análise e discussão dos desafios para o desenvolvimento de cada país, através da formação de redes de centros de pesquisa acadêmica e outros, para gerar e difundir o conhecimento através de meios de comunicação em massa, além de promover uma integração de programas sistemáticos de ensino que favoreçam o capital social.

Por sua vez, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (Lechner, 2000; UNDP, 2009), estimula a ampliação de programas que estimulem relações informais de confiança e cooperação (entre famílias e colegas), a associatividade formal em organizações de diversos tipos e uma rede institucional normativa que fomente estas relações. No entanto, o PNUD chama a atenção para a dificuldade de mensuração adequada para os resultados destas inter-relações.

A nova visão sobre a relevância do capital social, introduzida nas análises econômicas da atualidade, enfatiza a aplicabilidade destes conceitos através da intervenção estatal ou privada, como subsídios ao desenvolvimento. A proposição é de que potencializando os elementos concretos e abstratos do capital social, é possível incrementar a participações dos agentes econômicos e sociais para a dissolução de obstáculos que implicam em bloqueios ou retardamento da dinâmica do desenvolvimento (Miranda e Monzó, 2003). Os efeitos deste capital constituem externalidades que podem ser incluídas entre as economias externas auferidas entre agentes econômicos e da mesma

forma que a maior disponibilidade pode trazer vantagens a regiões e países, a carência pode ampliar as assimetrias de conhecimento, informação ou outras que acarretam disparidades de desenvolvimento. Dessa forma, o capital social pode ser utilizado pelo indivíduo ou pelo grupo, de forma estratégica para a acumulação de novos recursos produtivos ou outros tipos de capital (físico e financeiro), seja com reflexos positivo na eliminação das disparidades, seja de modo negativo marginalizando ou excluindo os menos dotados (KON, 2015).

A relação direta entre o aumento do capital social e as ocupações e atividades de serviços é visualizada tendo em vista a materialização da ideia abstrata conceituada de cooperação, reciprocidade e confiança, através de serviços de assessoria de várias ordens. Estes serviços, a serem disponibilizados tanto pela esfera pública quanto privada, referem-se a uma rede de instituições de pesquisa, planejamento, informação, educação, treinamento, comercialização, entre outros, que proporcionem o manejo administrativo e de recursos, condições ambientais favoráveis, conhecimentos sobre aspectos legais, coordenação entre etapas de trabalho entre vários agentes, favorecimento de apoio a produção, distribuição e consumo de forma associativa. Os serviços de apoio ao fortalecimento do capital social incluem o apoio técnico à produção, aos vínculos entre os agentes produtores e consumidores, entre dirigentes e funcionários, à organização e planejamento das redes de assessoria. Particularmente, pequenas e microempresas bem como trabalhadores autônomos se beneficiam dos serviços destinados ao aumento do capital social, embora as externalidades resultantes sejam apropriadas também pelas médias e grandes empresas que já dispõem de uma rede organizada de apoio. A articulação econômica eficiente entre agentes internos e externos de uma sociedade também constitui um reflexo da disponibilidade do capital social (Bryson and Daniels, 2007; Gallouj and Djellal, 2010; Kon, 2015).

O conceito de capital social vem sido utilizado nos programas de superação da pobreza propostos pela intervenção governamental em sociedades em desenvolvimento. As políticas sociais definidas pelos governos de países menos desenvolvidos incluem o fornecimento de serviços que proporcionam condições de ampliação dos elementos constitutivos do capital social como reciprocidade entre agentes, intercâmbio e solidariedade, controle social da distribuição de recursos, apoio familiar e extra-familiar. No combate à pobreza, o chamado capital social comunitário complementar de diversas formas os serviços públicos, atuando também em redes sociais que não passam pelo mercado, ao articular os serviços públicos com os receptores diretos dos benefícios sociais, aumentando a participação mediante sua incorporação ativa ao processo econômico. Por outro lado, tornaria mais eficazes os programas de fomento às microproduções urbanas e rurais (de empresas e autônomos).

As experiências realizadas em alguns países de fortalecimento do capital social por serviços públicos revelam que os resultados mais eficazes acontecem através da atuação no entorno local e regional especificamente, diretamente aos que usufruem da construção e gestão da infraestrutura social, quando é assegurado que os benefícios dos programas cheguem efetivamente aos destinatários (Miranda e Monzó, 2003). Como salientam estas autoras, para a utilização do capital social como uma ferramenta para pensar e superar a pobreza faz-se necessária a politização da análise do contexto do capital social, a partir

de uma abordagem em que atuam tanto os agentes estatais quando os usuários dos serviços públicos. A funcionalidade e a instrumentalização do capital social para os programas de desenvolvimento deve passar pela articulação com os elementos políticos da sociedade, no sentido de superação dos conflitos e interesses individuais. Esta politização implica no esforço do direcionamento das medidas de fomento ao capital social para que contribuam a uma maior integração social e não à exclusão e alheamento do indivíduo das correntes econômicas atuantes que tendem a perpetuar os vínculos frágeis de alguns agentes com instituições normativas.

As políticas públicas, neste sentido, atuam em uma interface ou área de intercâmbio, entre os agentes institucionais, organizacionais ou cívicos e a comunidade. Esta interface se dá entre quatro sistemas complexos, o da administração estatal, o do mercado, o dos partidos políticos e o das comunidades populacionais. Os intercâmbios de informação, serviços e bem ocorrem tanto nos ambientes mais favorecidos quando nos mais desfavorecidos e excluídos. Esta forma de visão propõe uma abordagem inovadora da intervenção do Estado, de modo a propiciar um espaço de negociação em que cada ator desenvolva um potencial para melhor se situar na interface através das redes de apoio, capacidades de autogestão, contatos institucionais, sistemas de cooperação e práticas pessoais e partidárias (KON, 2004 e 2015).

O que se tem observado em países menos desenvolvidos, é que a atuação das políticas públicas nesta interface tem gerado uma dinâmica divergente entre os atores do sistema comunitário e estatal, o que resulta em implicações negativas, como falta de sinergia, tecnocracia burocrática ineficiente, impossibilidade de competitividade no mercado, clientelismo partidário e exclusão.

Discussões recentes enfatizam a relevância do capital social dos países para a consecução do desenvolvimento econômico e nesse sentido, a materialização deste capital através de serviços públicos e privados representa um determinante básico para as condições de competitividade na atualidade. Por outro lado, estas condições são um pré-requisito para o desenvolvimento e não apenas um resultado ou um produto final. Assim sua provisão adequada torna-se então um elemento crucial da dinâmica do processo de desenvolvimento das economias. Neste sentido os serviços governamentais desempenham um papel fundamental em países menos avançados seja através do fornecimento de bens públicos, ou da complementação da provisão privada de serviços de mercado, a fim de fornecer uma infraestrutura, serviços educacionais e de saúde, que preparam a economia para o caminho da modernização econômica. Os conceitos de “capital social” incorporado em uma série de serviços a serem oferecidos por agentes estatais ou privados, devem ser incorporados às análises governamentais sobre o direcionamento das políticas públicas.

6. O papel dos serviços no processo de desenvolvimento regional

Como salientam alguns autores, (David McKee, 1988; Sassen, 2007), uma das funções das atividades de serviços nas economias nacionais, além de sua localização urbana, é o fato de que elas têm sido reconhecidas como facilitadoras ou reforçadoras do impacto sobre os polos de crescimento, ou seja, sobre as atividades que lideraram tanto de forma quantitativa quanto qualitativa a determinação dos padrões de expansão a nível

nacional. A capacidade dos serviços de desempenhar função semelhante no processo de desenvolvimento depende da espécie de atividades dos polos, de seu tamanho, força e de sua dominância local, regional, nacional ou internacional. Além disto, as atividades de serviços desempenham um papel importante no setor manufatureiro, porque fortalecem e prolongam o impacto dos setores líderes, enquanto que facilitam a transição quando novos setores manufatureiros assumem os papéis de líderes. Estas mudanças na liderança vêm ocorrendo entre as atividades manufatureiras de economias avançadas e as repercussões vêm sendo sentidas através da economia global mundial.

Foi observado desde os anos 1980, que tais mudanças conduzem à realocação das instalações produtivas para países em desenvolvimento, onde os custos do trabalho e as restrições ambientais eram mais favoráveis às indústrias tradicionalmente poderosas, particularmente quando estas atividades perdiam suas posições proeminentes nas economias adiantadas, mas seus produtos ainda eram fortemente demandados em uma escala mundial. Porém após a intensificação da globalização das economias principalmente desde os finais daquela década, estas indústrias apresentam maiores vantagens de realocar suas atividades em economias modernas, onde são encontrados força de trabalho mais qualificada e outros serviços complementares sofisticados. Em muitos casos firmas de serviços tornam-se multinacionais e transnacionais, e os países hospedeiros menos desenvolvidos apresentam benefícios porque um número de serviços auxiliares às empresas fornecem elos que tornam possível a existência de muitas instalações manufatureiras. No âmbito doméstico das economias, as mudanças locais refletem o crescente dualismo da força de trabalho, desde que os investimentos nas manufaturas se moveram seja para áreas onde são disponíveis os escassos trabalhadores mais qualificados administrativos e burocratas (*white-collar*) ou para áreas de baixos salários e alto desemprego, onde pode ser recrutada uma força de trabalho semi-qualificada, para desempenhar principalmente atividades rotineiras da produção em plantas das filiais (KON, 2004 e 2015).

A complexidade e diversidade da moderna especialização em serviços encorajam a aglomeração, ao menos das funções de alto nível; as funções mais rotineiras podem ser mais dispersadas, embora controladas de forma centralizada. Estas tendências têm dominado a evolução das regiões urbanas nos anos mais recentes, e também influenciam os padrões da localização manufatureira, enquanto que a especialização em serviços oferece não apenas um conhecimento técnico e material para os processos produtivos em constante transformação, mas também para qualificações organizacionais ou gerenciais (SASSEN, 2007).

Ao lado destes aspectos, o recrudescimento da internacionalização dos serviços teve consequências consideráveis sobre as decisões locais das empresas e sobre os padrões da distribuição territorial das atividades. Através da exportação do capital, particularmente a partir da Segunda Guerra Mundial, uma série de países, até então menos desenvolvidos, foram também conduzidos a um processo de industrialização, e a uma nova divisão internacional do trabalho; esta conservou, porém uma desigualdade estrutural já consolidada anteriormente, resultante do monopólio do novo conhecimento científico e técnico. Estes países receberam este conhecimento tecnológico já pronto, sem possuírem inicialmente o controle desta técnica e convertiam-se apenas em base de

fabricação mundial, sobretudo por oferecerem a vantagem de uma mão de obra barata (KON, 2012).

Dessa maneira, com a continuidade dos avanços tecnológicos nas áreas de transportes e comunicações do pós-guerra, o próprio aparato produtivo das empresas é deslocado para o exterior, inicialmente com a internacionalização da produção de produtos acabados. Posteriormente, a partir do final dos anos 1960 (particularmente com o avanço da microeletrônica e da tecnologia da informação), em alguns setores o processo de produção é internacionalizado, com o desenvolvimento de cada parte do processo em uma diferente região mundial. Os fenômenos da globalização e transnacionalização atualmente observado no mercado mundial são, portanto, um processo histórico de internacionalização do capital, que se difundiu com maior velocidade, particularmente a partir das três últimas décadas graças ao avanço tecnológico.

Neste contexto, desde a década de 1980 configurou-se uma nova etapa mais avançada e veloz de transformações tecnológicas e de acumulação financeira, intensificando a internacionalização da vida econômica, social cultural e política. Observou-se então que as atividades econômicas passaram progressivamente a se desenvolver de forma independente dos recursos de um território nacional, sejam recursos naturais ou construídos pelo homem. Esta desterritorialização tem como causas o padrão do progresso técnico, a preferência dos consumidores, organização corporativa e/ou políticas públicas de governos nacionais, o que favorece a maior mobilidade dos fatores produtivos sem perda de eficiência, competitividade e rentabilidade (Gallouj and Djellal, 2010).

A noção de território, na atualidade, transcende a ideia apenas geográfica de espaços contíguos vizinhos que caracterizam uma região, para a noção de rede, formados por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais; o espaço econômico, neste sentido, é organizado hierarquicamente, como resultado da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando que tende a ser concentrado em cidades mundiais, onde a Tecnologia da Informação desempenha um papel relevante. Este comando então passa a ser feito pelas empresas através de suas bases em territórios globais diversos (SANTOS, 1994; SASSEN, 2007).

Os debates atuais sobre a regionalização dos serviços enfocam o papel das cidades mundiais ou cidades globais como centro dos serviços ao produtor, que determinam a regionalização local, nacional e mundial do desenvolvimento. Uma cidade global é um centro estratégico importante no sistema econômico global, situado em postos elevados na hierarquia de cidades. As ligações destas cidades com o resto do sistema tem um efeito direto, tangível ou intangível, sobre a dinâmica socioeconômica do sistema, por apresentarem uma variedade de serviços financeiros ligados ao contexto internacional e centralizarem os escritórios de multinacionais e os centros da tomada de decisão das empresas. Por outro lado, centralizam uma infraestrutura multifuncional cultural, de pesquisas, de comunicações, legal, de ensino e saúde e dessa forma constituem um local de dominância nacional por sua significância de ligações internacional, constituindo o fulcro de sistemas em rede com funções de comando central (SASSEN, 2005; HOORNWEG & POPE, 2014; GCI, 2015).

Sassen (2007, p.187), que primeiro desenvolveu este conceito, salienta que os serviços ao produtor têm a capacidade de se tornarem indutores de desenvolvimento no ambiente complexo destas cidades, o que é evidenciado por observações empíricas extraídas de 40 cidades globais na atualidade, que mostram uma variabilidade de características da capacidade destes serviços, que conduzem a função produção econômica nas cidades globais.

O componente crítico da função econômica das cidades mundiais é a disponibilidade de um aglomerado de serviços especializados às empresas que buscam estabelecer sua sede central nestas cidades, tendo em vista a redução de custos. Estes serviços são demandados por empresas de todos os setores de atividades de uma economia que buscam a redução de custos através das economias de aglomeração. A globalização traz consigo um aumento rápido e considerável da demanda por conhecimento profissional complexo e com diversidade de modo a atender suas funções. Quanto mais relacionadas ao mercado internacional forem estas firmas e empresas, maior será a necessidade de desenvolver nestes polos uma diversidade de serviços especializados. Outra característica relevante é o fato de que estas empresas em geral terceirizam a produção destes serviços especializados ao invés de os produzirem, o que dirige suas opções locacionais a estes centros. Tendo em vista esta dinâmica, as cidades mundiais buscam a manutenção e a modernização destas economias de aglomeração, para que se capacitem ao atendimento de suas funções globais e à absorção dos riscos que surgem com as operações globais (SASSEN, 2007).

Esta autora sintetiza em vários itens os determinantes do modelo de cidade global, em que os serviços aos produtores exercem um papel direto ou indireto. Salienta primeiramente que a dispersão geográfica das atividades econômicas que caracteriza o processo de globalização, exige a integração simultânea destas atividades geograficamente dispersas, em uma sede central que possibilite sua operacionalização. Além disso, as funções centrais não rotineiras das grandes empresas mundializadas se tornam tão complexas que elas buscam contratar as suas funções centrais de firmas altamente especializadas, nas áreas de consultoria, atividades financeiras, de relações públicas, publicidades e outras, que exijam fácil e rápida acessibilidade geográfica. Assim, a mistura de firmas, talentos, especialização e experiência global em uma ampla gama de campos especializados torna este tipo de ambiente urbano o centro do sistema de informações.

Como decorrência, a centralização, nestes polos mais dinâmicos, das funções mais complexas e não padronizadas das sedes das empresas agropecuárias e industriais que produzem em grande escala, permite a liberdade de escolha pelas unidades que possuem as funções produtivas rotineiras da localização, para se localizarem em espaços que proporcionem menores custos de outros fatores produtivos como preço da terra, do trabalho e de produtos demandados pela mão de obra. Estas cidades globais fornecem a possibilidade de centralizar também as transações e redes de relacionamentos que formam os sistemas urbanos transnacionais, que envolvem parceiros e cadeias produtivas geograficamente dispersos, bem como a pesquisa mais avançada, o que facilita também a regulação governamental e a institucionalização de mecanismo de estímulo e controle das atividades econômicas das empresas internacionalizadas.

Uma implicação desta dinâmica de centralização, que pode ter conotação positiva ou negativa nos efeitos regionalizados globais das economias nacionais, é que o crescimento do número de profissionais altamente qualificados e de serviços especializados consideravelmente lucrativos, resultam em crescimento do processo de desigualdade espacial socioeconômica. Finalmente, tendo em vista a atração que estes polos econômicos exercem sobre a população menos favorecida, é observado, particularmente em países menos desenvolvidos, o crescimento da informalidade de uma série de atividades econômicas, que resultam em baixas taxas de produtividade e lucratividade, que lá se localizam tendo em vista que a informalização de sua produção é uma maneira de sobrevivência. Dessa forma, as economias de aglomeração podem se transformar em deseconomias de aglomeração, como resultado da excessiva centralização de algumas cidades globais em economias em desenvolvimento (SASSEN, 2007).

Assim, as exportações e importações de serviços, à medida que são parte importante do processo de internacionalização e mundialização das atividades, são também preponderantes no processo de configuração espacial do desenvolvimento econômico, através dos efeitos regionais sobre a concentração de centros produtivos especializados em serviços específicos, tanto entre as nações quanto internamente a um país. A internacionalização da economia mundial reforçou a posição regional de muitas cidades desenvolvidas na hierarquia financeira global.

O caso da região metropolitana de Nova York é um bom exemplo dos efeitos da internacionalização dos serviços (Warf, 1991). Esta cidade, desde meados dos anos 1970 demonstrou sintomas de decadência urbana, como resultado de deseconomias de aglomeração: queda da renda *per capita*, declínio das receitas de impostos, alto desemprego, piorado por um abandono em massa de firmas manufatureiras, um êxodo das sedes das grandes corporações, um colapso dos mercados de imóveis e a consternação da comunidade de negócios. No entanto, nos anos 1980, Nova York experimentou um ressurgimento dramático e se tornou uma das partes economicamente mais saudáveis dos Estados Unidos e os indicadores econômicos acima mencionados mostraram-se novamente em uma situação consideravelmente boa. As razões para esta mudança residem grandemente na orientação internacional do crescimento da região, como parte do eixo tripartite que domina a geografia global das finanças, juntamente com Londres e Tóquio. Muito desta tendência foi devido à internacionalização da economia de serviços, embora seja errôneo atribuir a recuperação da região inteiramente ao setor de serviços. A cidade de Nova York ainda tem mais empregos manufatureiros do que outras cidades industriais daquele país, mas foram os serviços financeiros e auxiliares às empresas, particularmente os mais internacionalizados, que foram primeiramente responsáveis pela recuperação da região. Outras cidades mundialmente dinâmicas da Europa e da Ásia passaram por processos semelhantes, desde os anos 1970.

Os serviços financeiros eletrônicos tornam possível a dispersão das indústrias de serviços financeiros, embora estas atividades estejam sujeitas tanto a forças centrífugas quanto centrípetas. Os impactos sobre o desenvolvimento espacial a partir disto se deve ao fato de que alguns aspectos da indústria de serviços financeiros se beneficiam da centralização de suas atividades, devido a economias de escala na coleta e processamento de informações. No entanto, outros aspectos se beneficiam da descentralização, como por

exemplo, quando a informação onerosa sobre clientes locais, pequenas firmas e condições específicas de mercados locais apontam para a necessidade de contato frontal direto e de operações descentralizadas, ou quando as diferenças nacionais e internacionais nos fusos horários impõem outras deseconomias de centralização. Em apoio à centralização financeira, outras atividades de serviços se estabelecem localmente, com a função do atendimento de assessoria a empresas ou à demanda de serviços de consumo familiar. A concentração destes serviços tem provocado em médio prazo, redução de preços do setor nos mercados em que atuam (KON, 2015).

Outro aspecto a ser considerado no processo de transformações econômicas espaciais refere-se à descentralização produtiva das atividades do setor Secundário que foi um fenômeno internacional nas décadas de 1960 e 1970. A recessão mundial que se seguiu, diminuiu as oportunidades de investimentos e desviou enormes somas de recursos de capital do setor manufatureiro para os serviços financeiros. A descentralização geral da produção é atribuível à concentração de serviços às empresas (muitos destes anteriormente terceirizados) que se elevou consideravelmente com estes fundos disponíveis. Mas alguns autores salientam que o decréscimo das indústrias manufatureiras urbanas em alguns países desenvolvidos naquele período foi causado em um grau substancial, pela combinação de escassez de terras disponíveis e insatisfação da mão de obra industrial, o que resultou em uma elevação mais rápida dos custos salariais em relação ao crescimento da produtividade. Este fato é considerado como uma das maiores razões para a subsequente descentralização da produção, desde que esta descentralização foi atingida especialmente através da subcontratação de pequenas firmas para etapas específicas do processo de produção sem a intervenção de sindicatos, ou então através do estabelecimento de plantas de produção em filiais regionalmente e internacionalmente desconcentradas (KON, 2004).

Em muitos países esta descentralização se caracterizou pela separação espacial entre os escritórios administrativos centrais e as plantas produtivas ramificadas, com uma reorganização interna de funções que promoveu uma divisão espacial de trabalho. Muitas vezes esta nova estrutura industrial foi composta por firmas pequenas e médias. Dessa forma, verifica-se uma reorganização espacial de atividades e de áreas de influência econômica, tanto mundialmente quanto internamente aos países, como decorrência das transformações na internacionalização dos serviços. Estas mudanças se referem à natureza do comércio internacional destas atividades, bem como à intensificação e velocidade deste comércio.

Além da expansão internacional das atividades de serviços devido principalmente às inovações no campo da telemática ou das tecnologias de telecomunicação, tem sido notado o crescimento considerável dos investimentos estrangeiros diretos por empresas de serviços dos países avançados, que desempenham um papel significativo para o equilíbrio da Balança de Pagamentos dos países. Desde os anos 1960 até os anos 1980, por exemplo, forma triplicados os fluxos de investimentos diretos no exterior na área de serviços originados dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão (NUSBAUMER, 1987; KON, 2004.)

Por outro lado, é possível a constatação de que o investimento direto em serviços é complementar ao comércio internacional em serviços. Em certos setores como o bancário

e de seguros, por exemplo, a comunicação internacional através da telemática permite interligações mais estreitas entre as ramificações e as subsidiárias das empresas que operam em diferentes mercados; também se intensificam entre as empresas financeiras e seguradoras que operam em âmbito mundial e as empresas multinacionais do setor de produção de bens. Estas instituições financeiras e de seguros necessitam expandir suas atividades em novos domínios e regiões, estabelecendo uma presença em mercados distantes, e cada subsidiária age como um ponto de contato numa rede global de fluxos de informações e de conexões de negócios.

Além dos aspectos acima discutidos acerca das relações entre o processo de reestruturação econômica e o aumento das atividades de serviços, algumas pesquisas recentes examinam os efeitos regionais da internacionalização dos serviços. Como salientado anteriormente, desde os anos 1960 foi observado um aumento nas redes definidas pelas corporações transnacionais para articular a internacionalização da produção e dos serviços, que deram proeminência às “cidades mundiais”. Nesse contexto foi observada uma reestruturação da hierarquia urbana mundial (KON, 2004; GALLOUJ AND DJELLAL, 2010).

Do ponto de vista interno das regiões de uma nação, também existem evidências consideráveis que sugerem transformações espaciais significativas decorrentes da disponibilidade de uma infraestrutura de serviços mais completa. A teoria do sistema de lugares-centrais desenvolvida por Christaller em 1937 (Ablas, 1982), descrevia uma hierarquia de tamanhos urbanos de acordo com certas funções fornecidas por cada cidade, era derivado de um contexto regional encontrado historicamente nos mercados da Alemanha meridional. O desenvolvimento de indústrias manufatureiras salientou a concentração de atividades em lugares-centrais desde o início do século. No entanto, as versões modernizadas deste modelo refletem processos e padrões em uma escala global, em que a concentração de serviços às empresas em grandes aglomerações urbanas são consideradas como contribuintes a um novo sistema de amplitude mundial de lugares-centrais (Jaeger e Durrenberger, 1991), e no nível mais elevado são situadas as “cidades mundiais” de Nova York, Londres e Tóquio.

Quando se observa o sistema regional brasileiro, constata-se uma série de regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre) que apresentam serviços de infraestrutura que atuam em diferentes graus como forças aglomerativas, porém com relevância significativa apenas dentro do contexto nacional (Kon, 2015). Apenas as metrópoles de São Paulo (em maior grau) e Rio de Janeiro revelam características de “cidades internacionais”, enquanto fornecedoras mais intensivas de serviços que interligam empresas em uma amplitude mundial.

Mas a nova hierarquia de tamanho urbano não coincide necessariamente com as mesmas funções relevantes para todas as cidades. Jaeger exemplifica com o caso da Suíça, onde Zurique se situa no topo da hierarquia devido à indústria de serviços financeiros; Basel se salienta por sua forte indústria química orientada para exportações e Bern pelo fato de ser a capital e concentrar a maior parte da burocracia nacional. Desta forma, uma cidade pode ser um lugar-central em uma dimensão e periférica em outra. A mesma característica é encontrada em outras nações do mundo.

No centro destas transformações está a crescente importância dos serviços em geral e de sua dinâmica espacial em particular, bem como o desenvolvimento mais veloz dos serviços na atualidade, com relação ao setor secundário. No entanto são observadas diferentes espécies de transformações nos países. Em certos países, como a Inglaterra, por exemplo, foi encontrado um forte relacionamento entre industrialização e urbanização após o período da Segunda Guerra mundial. O primeiro impacto foi um período simultâneo de industrialização e urbanização, seguido pelo declínio das atividades industriais nos anos sessenta, associado a um processo de desconcentração da população e de atividades de serviços, porém com a concentração de uma infraestrutura de serviços mais sofisticados com o desenvolvimento das “cidades mundiais” específicas.

Por outro lado, em outros países como a Itália, por exemplo, não houve um relacionamento óbvio entre a industrialização e a urbanização. Em uma parte do país o processo de concentração populacional decresceu quando o processo de industrialização se consolidou, porém em outras áreas um processo relativamente lento de concentração populacional continuou ocorrendo juntamente com o desenvolvimento industrial sustentado e não foi reforçada qualquer hierarquia espacial em escala nacional. Nesse caso o processo de desconcentração de serviços complementares também se consolidou, porém os polos de desenvolvimento regional desenvolveram uma forte concentração de redes de serviços modernos.

A descentralização das atividades do setor Secundário foi um fenômeno internacional nas décadas de 1960 e 1970 e a recessão mundial que se seguiu diminuiu as oportunidades de investimentos e desviou enormes somas de recursos de capital do setor manufatureiro para os serviços financeiros. A descentralização geral da produção é atribuível à concentração de serviços às empresas que se elevou consideravelmente com estes fundos disponíveis. Mas alguns autores salientam que o decréscimo das indústrias manufatureiras urbanas em alguns países desenvolvidos naquele período foi causado pela combinação de escassez de terras disponíveis e insatisfação da mão de obra industrial, o que resultou em uma elevação mais rápida dos custos salariais em relação ao crescimento da produtividade. Este fato é considerado como uma das maiores razões para a subsequente descentralização da produção, desde que esta descentralização foi atingida especialmente através da subcontratação de pequenas firmas para etapas específicas do processo de produção sem a intervenção de sindicatos, ou então através do estabelecimento de plantas de produção em filiais regional e internacionalmente desconcentradas.

Em muitos países a descentralização se caracterizou pela separação espacial entre os escritórios administrativos centrais e as plantas produtivas ramificadas, com uma reorganização interna de funções que promoveu uma divisão espacial de trabalho. Muitas vezes esta nova estrutura industrial foi composta por firmas pequenas e médias. Nestas firmas pequenas, o *marketing*, a pesquisa e as atividades de desenvolvimento são comprados de firmas externas, localizadas nas cidades em que os contatos com as firmas locais são garantidos e os benefícios das economias de aglomeração são ressaltados. Assim, é observada uma centralização dos serviços às empresas em áreas que apresentam uma estrutura produtiva verticalmente desintegrada. (Jaeger e Durrenberger, 1991)

Dessa forma, verifica-se uma dinâmica de reorganização espacial de atividades e de áreas de influência econômica, tanto mundial quanto internamente aos países, como decorrência das transformações na internacionalização dos serviços. Estas mudanças se referem à natureza do comércio internacional destas atividades, bem como à intensificação e velocidade deste comércio.

7. Considerações finais

Resumindo as ideias deste texto, verifica-se que a economia mundial se apresenta constantemente em transição e nesse contexto observa-se a importância do entendimento sobre as novas atribuições dos serviços no processo de desenvolvimento das economias, a partir das mudanças do paradigma produtivo que se delineou a partir dos anos 1970, com o advento do processo de globalização e da intensificação da inovação tecnológica. Esta dinâmica resultou na emergência de uma nova forma de sociedade pós-industrial baseada em condições diferenciadas, que trouxe consigo a consciência da necessidade de reformulação de antigos conceitos e novas formas de mensuração das causas indutoras do desenvolvimento.

A transição implica em mudanças graduais e evolucionárias de uma condição estrutural a outra, como resultado de fatores não apenas econômicos, mas também políticos e sociais. Nesse sentido a atual situação de globalização econômica evoluiu desde as trocas internacionais de produtos que caracterizou a internacionalização comercial, passando posteriormente pela internacionalização financeira, pela internacionalização da produção, através de empresas multinacionais até a produção internacional conjunta de um produto, ou seja, do desmembramento do processo produtivo para a produção e montagem do produto em diferentes regiões mundiais.

O mercado internacional para serviços se ampliou consideravelmente, desde que a incerteza econômica por parte das firmas e dos países se elevou, e se tornaram cada vez mais necessários ajustes nos seu comportamento, visando a contenção de custos e a competição das empresas nos mercados mais dinâmicos. A atualização da informação e do conhecimento sobre processos organizacionais e produtivos é uma busca constante e os fluxos internacionais destes insumos resultaram da ampliação da concorrência globalizada. A nova divisão internacional do trabalho que se delineou a partir desta dinâmica, se configura grandemente pela especialização crescente em setores terciários, quaternários e quaternários que apresentam tecnologias mais sofisticadas. Esta dinâmica é favorecido nos países cuja dotação de uma força de trabalho mais qualificada é uma vantagem comparativa, desde que a qualificação na atualidade é um condicionante imprescindível para a ampliação destes serviços.

Assim, o papel das atividades de serviços como induzidas pelas atividades industriais no processo do desenvolvimento econômico das empresas e da economia, tomou nova conotação e assumiram também a característica de indutoras da dinâmica do desenvolvimento das outras atividades. Por outro lado, fica patente a forte relação entre o desenvolvimento de serviços especializados e rotineiros para a formação do capital social que induz ao desenvolvimento econômico de um país.

Finalmente, observa-se a relevância das atividades de serviços na moldagem do desenvolvimento regional das economias, seja como possibilitando a centralização da

dinâmica de globalização em polos mais avançados, seja aumentando o nível de desigualdades regionais de desenvolvimento nacional.

Referências bibliográficas

ABLAS, Luis Augusto de Queiroz. A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1982.

BAILY, Antoine and MAILLAT, Denis. Service activities and regional metropolitan development: a comparative study. In: Daniel P.W. (ed.) Services and Metropolitan Development. New York: Routledge, 1991.

BELL, Daniel. Notes on the post-industrial society (I). In: Public Interest, N. 6, Winter 1967a, pp. 24-35.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: Handbook of the Theory and Research for the Sociology of Education. New York: John Richardson, 1985.

Bryson, J.R., & Daniels, P.W., The handbook of service industries in the global economy. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

CASTELLS, Manuel e AOYAMA, Yuko. Paths Towards the Informational Society: Employment Structure in G-7 Countries, 1920-90. In: International Labour Review, 133 (1), 1994.

CEPAL. Capital social: sus potencialidades y limitaciones para la puesta en marcha de políticas y programas sociales. In: Capital Social, Cap. IV. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

CHRISTALLER, Walter. Die zentralen Orte in Süddeutschland. Jena: Gustav Fischer, 1933.

COLEMAN, James. Foundations of Social Theory. Cambridge: Belnap Press of Harvard Univ Press, 1990.

CLARK, Colin. The conditions of economic progress. London: Macmillan, 1940.

DANIELS, P.W. and BRYSON, J.R. (eds). The Nature of Services. In: The Handbook of Services. Cheltenham : Edward Elgar, 2007.

DANIELS, P.W. Service Industries in the World Economy. Oxford/UK: Backwell, 1993.

DASGUPTA, P. Economic Progress and the idea of social capital. In: Dasgupta, P. and Serageldin, I. (eds.) Social Capital. A Multifaceted perspective. Washington/DC: World Bank, 2000.

FUCHS, Victor R. The Service Economy. New York: National Bureau of Economic Research, 1968.

GALLOUJ, F. and DJELLAL, Faridah. The Handbook of Innovation in Services. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2010.

GCI- Global Cities Institute. Cities and Sustainable Infrastructure. GCI Series N. 1, Toronto: GCI, 2015.

GERSHUNY, Jonathan. The New Service Economy: the transformation of employment in industrial societies, Boulder/USA: Westview Press, 1990.

GERSHUNY, Jonathan I. and MILES, I.D. The New Service Economy. The Transformation of Employment in Industrial Societies. London: Frances Pinter Publishers, 1983.

HAUKNES, Johan. Innovation in the Service Econom. Norway: STEP Goups, 1996.

HOORNWEG, Daniel & POPE, Kevin. Socioeconomic Pathways and Regional Distribution of the World's 101 Largest Cities. Global Cities Institute Working Paper No. 04 1. Ontario: University of Ontario, 2014.

JAEGER, Carlo and DURRENBERGER, Gregor. Services and counterurbanization: the case of central Europe. In: Daniels, P. W. (ed.). Services and Metropolitan development. London: Routledge, 1991.

KLIGSBERG, Bernardo. El rol del capital social y de la cultura en el processo de desarrollo. In: Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo. Washington: BID, 2000.

KON, Anita. A Produção Terciária. São Paulo: Nobel, 1992.

KON, Anita. A Estruturação Ocupacional Brasileira: uma Abordagem Regional. Brasília: SESI, 1995.

KON, Anita. Atividades Terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico? In: Ferraz, J.C., Crocco, M. e Elias, L.A. Liberalização econômica e desenvolvimento. São Paulo: Futura, 2003.

KON, Anita. Economia de Serviços. Teoria e Evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elseviere/Campus, 2004.

KON, Anita. A Nova Economia Política dos Serviços. São Paulo: Perspectiva, 2015.

KUZNETS, Simon. Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LECHNER, Norbert. Desafios de un desarrollo humano: individualización y capital social. Instituciones y desarrollo, N° 7. Chile: Instituto Internacional de Gobernabilidad, 2000.

MARSHALL, J. Neil & WOOD, Peter A. Services and Space: Key Aspects of Urban and Regional Development. Harlow/England: Longman Group Limited, 1995.

McKEE, David L. Growth, Development, and the Service Economy in the Third World. West Port: Praeger, 1988.

MIRANDA, Francisca e MONZÓ, Evelyn. Capital social, estrategias individuales y colectivas: el impacto de programas públicos en tres comunidades campesinas de Chile. Serie Políticas Sociales N° 67, Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

NOYELLE, T.J. and STANBACK, T.M. The Post-War Growth of Services in Developed Economies. Report to United Nations Commission on Trade and Development. Geneva: UNCTAD, 1988.

NOYELLE, T.J. and STANBACK, T.M. The Economic Transformation of American Cities. New Jersey: Rowman and Allanheld, 1984.

NUSBAUMER, Jacques. The Service Economy: Lever to Growth. Boston: Kluwer Academic Publishers 1987.

ORDEÑANA, Xavier and ARTEAGA, Elizabethm. Middle-Class Entrepreneurship and the Effect of Social Capital. IDB Working paper series No. IDB-WP-318, Washington/DC: IDB, 2012.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PUTNAM, Robert. The prosperous community: social capital and public life. American Prospects, N° 13, 1993.

RIDDLE, Dorothy I. Service-Led Growth. The Role of the Service Sector in World Development. New York: Praeger Publishers, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território". In: Santos e outros, Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SASSEN, Saskia. Whither global cities: the analytics and the debates. In: Bryson, J.R. and Daniels, P.W. The handbook of service industries. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pub, 2007.

SASSEN, Saskia. The Global City: introducing a Concept. In: Brown Journal of World Affairs, Volume XI, Issue 2, Winter/Spring, 2005 .

UNDP. The ties that bind. Social capital in Bosnia and Herzegovina. National Human Development Report 2009. Sarajevo: UNDP, 2009.

WALKER, Richard A. Is There a Service Economy? The changing capitalist division of labor. Science and Society. Vol. XLIX, N° 1, Spring 1985.

WARF, Barney. The Internationalization of New York Services. In: Daniels, P.W. (ed.) Services and Metropolitan Development. London: Routledge, 1991.

WOOLCLOCK, Michael; Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. Theory and Society, N° 27, 1998.

